

UM ANO MEMORÁVEL DE LUTAS E CONQUISTAS: TRABALHADORES URBANOS DE PERNAMBUCO EM 1963

Maria do Socorro de Abreu e Lima¹

Resumo

Este artigo, ao narrar algumas importantes mobilizações e greves de trabalhadores urbanos em Pernambuco em 1963, procura trazer algumas reflexões sobre a força e o papel desempenhado por essas categorias, assim como a forte reação do patronato contra a ampliação de direitos e da participação dos mesmos. Dessa forma pretende-se alargar o conhecimento sobre este período, tão significativo para a nossa história.

Palavras-chave: Trabalhadores urbanos; greves; 1963.

Abstract

This article intends to give an account of some important mobilizations and urban workers' struggles during 1963 in Pernambuco. It aims at proposing some thoughts on the strength and role of these classes, as well as the strong reaction of their employers against the widening of their rights and participation. Thus present knowledge about this period, so important for our history, can be extended.

Keywords: urban workers; strikes; 1963.

Ao longo de 1963, Pernambuco viveu um momento singular de sua história. A posse do governador Miguel Arraes em 31 de janeiro constitui-se num marco significativo, mas este ano já começara com outro episódio fundamental, que foi o plebiscito sobre o regime que deveria vigorar no país, se presidencialismo ou parlamentarismo.

No dia 6 de janeiro, um domingo, o Brasil inteiro foi às urnas para decidir sobre tão importante questão. Afinal, o parlamentarismo fora imposto como uma forma de contornar o problema criado por setores da direita, em especial os ministros militares, que não admitiam entregar o governo a João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Foi a grande mobilização nacional através da 'cadeia da legalidade' que garantiu a posse do vice-presidente e, conseqüentemente, o cumprimento da Constituição. Porém, com base em um acordo que engessava as ações do novo governo.

A experiência do regime parlamentarista foi bastante problemática, e os trabalhadores, em diferentes ocasiões, mobilizaram-se para que o governo pudesse adotar ações políticas mais favoráveis aos setores nacionalistas, democráticos e populares. Exemplo disso foi a greve geral contra a posse de Auro de Moura Andrade,

¹ Professora do Departamento de História da UFPE.

considerado um político conservador, como primeiro ministro em julho de 1962. Neste caso, o Congresso não aceitara a indicação inicial feita por Goulart para que o cargo ficasse com San Tiago Dantas. A greve, iniciada em cinco de julho, teve a participação de trabalhadores de Fortaleza, Belém, Recife, Salvador, Campina Grande, Vitória, Santos, Cubatão, Belo Horizonte (cidade industrial), Paranaguá, Itajaí, Crisciúma, sendo total no estado do Rio de Janeiro, assim como no estado da Guanabara e, no dia seis, no Rio Grande do Sul. Jover Telles ainda indica que “*os marítimos, portuários, estivadores, aeroviários e aeronautas paralisaram completamente (...). Os ferroviários paralisaram parcialmente suas atividades no País.*”²

Segundo Lucília Delgado³, o movimento teve êxito, e o Congresso aprovou um Conselho de Ministros mais simpático às reformas de base. E no mesmo mês, o presidente João Goulart assinou a lei do 13º. salário, antiga reivindicação dos trabalhadores e que mobilizou muitas categorias no ano de 1963. O Comando Geral da Greve tornou-se cada vez mais reconhecido, transformando-se no Comando Geral dos Trabalhadores no IV Encontro Sindical Nacional, realizado em São Paulo de 18 a 20 de agosto de 1962, que contou com cerca de 4.000 delegados sindicais de todo o país. Os sindicalistas presentes discutiram não apenas questões específicas de interesse dos trabalhadores como também traçaram um Programa de Reformas de Base, entendendo que os problemas econômicos enfrentados pelos mesmos tinham estreita ligação com as questões políticas mais gerais. Com essa compreensão elaboram um Manifesto à Nação no qual denunciavam “*as forças imperialistas e os latifundiários*”, defendendo “*as liberdades democráticas e sindicais*”, indicando que “*Para alcançarmos estes objetivos que são de todo o povo, conclamamos a preparação de uma greve geral.*”⁴

Esta outra mobilização de caráter nacional foi a Greve Geral pelo Plebiscito, desencadeada no dia 15 de setembro de 1962. Embora menos forte que a anterior, houve paralisações em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Ceará e Bahia, sendo intensa a repressão em Minas Gerais, São Paulo e Guanabara⁵ O parlamentarismo não conseguira efetivamente se afirmar. Diante da pressão, o Congresso fixou a data do plebiscito para o dia seis de janeiro de 1963, e

² TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p.165.

³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 189.

⁴ TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. Op. cit., pp. 171 e 172.

⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil**. Op. cit., pp. 192 e 193.

Goulart formou um Conselho de Ministros provisório, o que, na prática, significava um governo efetivamente sob sua direção.

De acordo com Jaccoud, tanto na primeira como na segunda paralisação, a adesão em Pernambuco foi parcial. A greve de julho contou com a participação total dos bancários, ferroviários e trabalhadores da orla marítima, atingindo parcialmente os telegrafistas, moageiros e rodoviários. Na greve do Plebiscito, segundo a mesma autora, houve igual paralisação, tendo havido repressão a lideranças sindicais. Ambas as mobilizações foram convocadas pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco – CONSINTRA, que, já em 1961, agregava mais de 60 entidades sindicais.⁶

É nesse contexto que começa o ano de 1963.

Na véspera do Plebiscito, o jornal Última Hora/NE publica uma conclamação da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos, recomendando a que seus sindicatos filiados, as Associações profissionais e os trabalhadores gráficos digam NÃO, conforme segue:

Os trabalhadores devem dizer NÃO ao parlamentarismo, mas, ao mesmo tempo, reforçar a unidade de classe para dizer NÃO à miséria, à fome, ao analfabetismo e à ditadura financeira do capital espoliativo e imperialista, único responsável pela inflação que nos corroí dia a dia.

E prossegue, entre outras observações, propondo alguns pontos para o que seria uma verdadeira reforma de base:

Reforma agrária radical; reforma bancária progressista; reforma administrativa; reforma eleitoral; limitação efetiva e progressiva dos lucros para o exterior; política externa independente e autodeterminação dos povos; nacionalização das empresas de serviço público (estrangeiras e brasileiras); fortalecimento da PETROBRAS; reforma da legislação sindical; reforma da legislação trabalhista; diplomação e posse dos candidatos eleitos, sem discriminação de ordem política ou ideológica e Anistia ampla para todos os dirigentes sindicais que estão sendo processados pela justiça de nosso país e revogação pura e simples da Lei de Segurança Nacional.⁷

Ao elencar esses pontos, podemos perceber a preocupação em relacionar questões gerais e específicas, econômicas e políticas, ideológicas e sociais. O forte viés nacionalista está presente, mas também aspectos democráticos importantes, como os que dizem respeito à reforma eleitoral, que permitiria o voto dos analfabetos, assim como a Anistia aos dirigentes e a revogação da lei de Segurança Nacional, responsável pela repressão tão comum neste período entre 1945 e 1964 que, apesar de considerado

⁶ JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1990, p.68.

⁷ *Última Hora*, 05 jan. 1963, p.2.

democrático, manteve perseguições e prisões de opositores, trabalhadores e comunistas. A reforma agrária proposta deveria ser radical para trazer resultados efetivos de transformação da sociedade.

Já na primeira parte, a conclamação amplia o sentido da palavra NÃO, ao relacioná-la à superação das precárias condições concretas de vida da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que acusa o capital como responsável pela inflação tão grande enfrentada pelo povo no Brasil, permitindo entrever a relação entre ditadura do capital espoliativo e imperialista com outros problemas graves que limitavam nosso desenvolvimento, como a dívida externa, e que foram melhor explicitados no parágrafo seguinte.

São muitas as Conclamações feitas por diferentes categorias, e o apoio ao Programa de 15 pontos aprovado no IV Encontro Sindical Nacional.

A vitória do NÃO foi retumbante, e o sentimento de esperança cresceu, assim como o de confiança na capacidade de luta dos trabalhadores em Pernambuco. O mês se finda com a posse de Miguel Arraes. E então vamos ter um ano diferente, pois diversas categorias urbanas e os trabalhadores rurais, antes pouco mobilizados no sentido de enfrentar a exploração e opressão do patronato com greves, vão adotar este tipo de luta com vistas a ampliar suas conquistas no campo econômico, político e organizativo.

As greves são importantes, pois implicam num nível de organização muito maior do que outros tipos de mobilizações e denúncias. Os trabalhadores precisam estar convencidos de que não há outra alternativa, já que os riscos de passar fome e de perder o emprego estão em seu horizonte próximo. Outro fator fundamental é estarem unidos, pois o princípio da união é sempre reconhecido como essencial para qualquer ação política de maior envergadura. E assim sendo, precisam ter argumentos para convencer os indecisos, pois a força do movimento depende muito mais dessas discussões do que da pressão dos piquetes. Em que pese a importância desses no momento da luta, quando já existe um trabalho de discussão anterior e de preparação no seio da categoria, a possibilidade de uma solução mais rápida e satisfatória é, no geral, mais garantida.

A greve significa o enfrentamento coletivo de uma classe, os trabalhadores, em relação àquela com a qual se antagoniza, os proprietários. Thompson, ao discutir sobre o

“fazer-se da classe operária”⁸, chama a atenção para a importância deste momento, quando uma classe se percebe enquanto oposta aos interesses de outra. Como a greve é um tipo de luta mais intenso, apesar de remeter a questões imediatas, como um aumento de salário ou a conquista de um direito, leva a reflexões de caráter mais amplo e profundo, como a opressão e exploração de classe e a necessidade de construir a unidade e solidariedade entre os trabalhadores, e mesmo entre outros setores da sociedade, comprometidos ou simpáticos à causa. Muitas vezes esse apoio externo garante a continuidade do movimento em situações críticas.

A greve pode, também, trazer a discussão sobre as possibilidades de transformação, ou não, da sociedade, particularmente num momento de tanta ebulição política e social como foram os anos 60. Por isso eram tão temidas pela classe dominante e denunciadas como momentos de anarquia e falta de controle por parte dos poderes instituídos, devendo, no geral, ser tratadas através da repressão. Em Pernambuco esse ponto de vista aparecia nos jornais com frequência, quando seus editoriais assumiam claramente os interesses da burguesia dona de indústrias ou de latifundiários e proprietários rurais que se colocavam contra a reforma agrária e a organização de seus trabalhadores.

Júlio Barros em sua dissertação de mestrado apresenta um quadro com todas as greves ocorridas durante o governo Arraes (31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964), o que totaliza 91 greves, sendo 48 rurais e 43 urbanas.⁹ Porém, no mês de janeiro de 1963, não contabilizado, já havia uma greve iniciada ainda em dezembro de 1962, de caráter nacional, dos oficiais e comissários da Marinha Mercante, sendo que no domingo seis de janeiro é noticiada a existência de 19 navios parados no ancoradouro do Recife.¹⁰ Cerca de dez dias depois este número sobe para 32,¹¹ e a greve só termina 36 dias depois de iniciada, após acordo com o novo Ministro do Trabalho, Almino Afonso, que garante a não punição aos grevistas e revisão dos decretos relativos à hierarquia salarial, pois, com a decretação do novo salário mínimo, os salários mais

⁸ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁹ BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, 2013, pp. 220 a 233.

¹⁰ *Última Hora*, 06 jan. 1963, p. 2.

¹¹ *Última Hora*, 15 jan.1963, p. 2.

baixos haviam tido uma equiparação com os de outras funções consideradas superiores.¹²

Que outras questões eram apresentadas pelos trabalhadores urbanos de Pernambuco como motivos para protestos?

Demissões coletivas, não pagamento do 13º. salário, não respeito ao horário de trabalho, perseguições e burla de direitos trabalhistas. Algumas vezes, essas arbitrariedades ocorriam relacionadas entre si. E, no geral, os trabalhadores recorriam ao Tribunal Regional do Trabalho para resolver essas questões.

Foi o que aconteceu no município do Cabo, onde 160 trabalhadores da Construção Civil apresentaram ao TRT denúncia contra a Fábrica de Borracha Sintética (COPERBO), por “*promover, ilegalmente, demissão coletiva*”. A notícia prossegue:

Nos fins de dezembro, os trabalhadores da firma Norberto Odebrecht chegaram a entrar em greve por mais de 24 horas, protestando contra as perseguições e o não pagamento do 13º salário. Os trabalhadores desfilaram ontem com cartazes de protesto até a sede do TRT. Entre as irregularidades apontam-se a de assinatura da carteira por duas vezes num só ano: demitidos, muitas vezes, os operários voltam ao trabalho não se contando assim o tempo de serviço. Os operários demitidos foram postos na rua sem aviso prévio.¹³

A prática de não permitir que o trabalhador completasse um ano de serviço evitava a obrigação do pagamento do aviso prévio, direito que só se adquiria após doze meses de trabalho ininterrupto.

Quanto ao 13º., foram muitas as denúncias e mobilizações para garantir seu pagamento, não só no campo (onde o episódio mais trágico foi a chacina da Usina Estreliana, quando cinco trabalhadores rurais foram assassinados pelo proprietário em conjunto com seus capangas e vários assalariados ficaram feridos), mas também nas cidades. Entre as categorias noticiadas estavam os gráficos do jornal A Voz do Agreste, de Caruaru, bancários, trabalhadores da indústria do fumo, telegrafistas.

Foi através da lei 4090, sancionada a 13 de julho de 1962 e publicada no Diário Oficial do dia 26, que o pagamento do 13º. salário tornou-se um direito para todos os trabalhadores registrados. Que deveria ser feito até o dia 20 de dezembro de cada ano, mas muitos empresários resistiam em cumprir esta lei.

Deve-se salientar que essa conquista, reivindicação antiga dos trabalhadores denominada de gratificação ou abono de Natal, teve em seu trajeto um longo repertório

¹² Última Hora, 27 jan. 1963, p. 2.

¹³ Última Hora, 08 jan. 1963, p. 2.

de greves e mobilizações desde 1921, conforme Murilo Leal.¹⁴ Por fim, entre 13 a 15 de dezembro de 1961 houve mais uma greve em São Paulo, duramente reprimida, com esse objetivo. Porém, na pauta de negociação da greve geral de cinco de julho de 1962 foi novamente colocada, tendo sido, por fim, transformada em lei por João Goulart.

Demitir os que protestavam era um mecanismo usado pelos patrões para intimidar os trabalhadores em geral, e se livrar dos que denunciavam os abusos. Apesar de fazer quase vinte anos da Consolidação das Leis do Trabalho, seu cumprimento foi, sempre, motivo de disputa entre patrões e trabalhadores.

Murilo Leal,¹⁵ com base em Marx, chama a atenção para como o controle sobre o tempo de trabalho foi utilizado desde o início da industrialização para aumentar a extração da mais-valia. E indica várias formas de como esse expediente era usado pelos patrões em diferentes categorias no estado de São Paulo, e as lutas levadas por estas, em especial contra o princípio da “*assiduidade integral*”, o qual determinava que o trabalhador só poderia gozar do direito ao repouso remunerado se tivesse cumprido integralmente seu horário de trabalho, sem direito a atrasos mesmo que de minutos, não importando o motivo do problema.

Em Pernambuco também se adotavam diferentes expedientes para aumentar a jornada de trabalho. Mas os trabalhadores protestavam.

Com vistas a garantir o cumprimento do direito às oito horas, o sindicato dos Comerciantes formava comandos de fiscalização para verificar as casas comerciais que não fechavam durante o horário do almoço, das 12 às 14 horas. Nesses casos, os dirigentes sindicais solicitavam que a DRT e a Prefeitura do Recife procedessem a uma fiscalização rigorosa para que os patrões fossem obrigados a respeitar a lei.

No interior, esta mesma categoria reivindicava a adoção da “semana inglesa”, pela qual o comércio nos dias de sábado só funcionaria no expediente da manhã.¹⁶

Também os bancários reivindicavam “*o respeito completo à instituição da semana de cinco dias, sem os 30 minutos acrescidos ao expediente dos dias comuns*”, o que significava uma conquista a mais em relação às outras categorias.¹⁷

¹⁴ LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011, pp. 289 a 303.

¹⁵ Idem, p. 119.

¹⁶ *Última Hora*, 11 jan. 1963, p. 2.

¹⁷ *Última Hora*, 12 jan. 1963, p. 2.

A saúde do trabalhador não era algo considerado relevante pelo empresariado, e diversas categorias eram especialmente prejudicadas devido a condições insalubres de trabalho, entre elas os gráficos, que nesse início de ano divulgaram a nova Portaria criada em agosto de 1962 e que regulamentava o pagamento da taxa adicional de insalubridade para aqueles sujeitos a contrair doença ou intoxicações. Embora garantida, foram várias as denúncias para que esta conquista pudesse ser efetivada, o que nem sempre ocorria. Assim é que trabalhadores da firma Profertil, em maio, estavam às voltas com uma greve por conta do pagamento de um adicional para que descarregassem enxofre.¹⁸

Um primeiro semestre cheio de mobilizações

Do ponto de vista de garantir direitos, particularmente no que diz respeito à participação em espaços de decisão, merece destaque a greve de 24 horas ocorrida em 12 de janeiro decretada pelos ferroviários de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte em protesto à atuação do Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovieiros que, segundo a nota, *“desrespeitando uma decisão do presidente João Goulart, vem protelando a nomeação do candidato da classe ferroviária para delegado do referido Instituto neste Estado.”*¹⁹

Outra mobilização levada por este setor ocorreu no dia 3 de maio, quando os ferroviários da estação de trem Edgard Werneck, no Recife, pararam em protesto contra o atraso do pagamento. Segundo o noticiário, esta greve não foi organizada pelo sindicato, mas constituiu-se num movimento espontâneo de protesto que assumiu grandes proporções na medida em que ocorreu um conflito entre grevistas e policiais, que resultou em nove feridos, entre os quais uma criança de treze anos.

Neste caso, o maquinista de uma composição foi obrigado a seguir viagem tendo um revólver apontado às costas por um sargento, o que gerou protestos. Então, um comissário abriu fogo contra a multidão. Trabalhadores tentaram linchar o sargento, o que não aconteceu pela interferência de policiais. Ao final do dia, o Banco do Brasil foi autorizado a realizar o pagamento atrasado; a Polícia Ferroviária, acusada de ser a responsável pelo incidente, por pressão dos trabalhadores foi extinta; os dois sargentos envolvidos foram devolvidos à Polícia Militar e os que faziam parte do Serviço de Vigilância da Rede Ferroviária, voltaram a suas antigas funções.²⁰

¹⁸ *Jornal do Commercio*, 10 maio 1963, p. 12.

¹⁹ *Última Hora*, 13 jan. 1963, p.2.

²⁰ *Jornal do Commercio*, 04 maio 1963, p. 7.

Esta mobilização, vitoriosa integralmente e com rapidez, remete à capacidade de insurgência de um setor que se sente inteiramente desconsiderado pela burocracia da instituição, leia-se, pelos dirigentes da empresa. O atraso deu-se por conta do feriado de 1º. de maio, pois o pagamento era feito normalmente a cada mês. Indignados, estes ferroviários paralisaram. A atitude agressiva que atingiu um grau descontrolado por parte da repressão obrigou a se avançar no respeito aos direitos e organização dos trabalhadores.

Algumas greves foram marcantes pela força do movimento ou pela expressão numérica ou estratégica da categoria, como foi o caso dos metalúrgicos, têxteis, gráficos, bancários. Em todas elas a questão salarial foi preponderante.

No caso dos metalúrgicos, já se vinha fazendo reuniões com vistas a se chegar a um acordo. Desses encontros participavam o presidente do sindicato dos trabalhadores, José Viana da Silva, o presidente do sindicato dos patrões, Antídio Mendonça, o delegado do Trabalho, Enoch Saraiva e o Secretário Assistente do governo Arraes, Antonio Carlos Cintra do Amaral. Apesar de se formular uma proposta, esta não foi aceita pela categoria em assembleia realizada posteriormente, o que deixou Antídio Mendonça bastante surpreso.²¹

A greve, a primeira feita por metalúrgicos em Pernambuco desde 1935, durou de seis a oito de maio, atingindo praticamente todo o setor, ou seja, cerca de seis mil operários que pleiteavam 80% de aumento. Em algumas firmas, os piquetes não deixaram nem mesmo diretores entrarem nas empresas, o que só foi possível quando a diretoria do sindicato deu-lhes um salvo-conduto. Vários encontros se realizaram para costurar uma proposta finalmente aceita, tendo sido garantido o pagamento dos dias parados, a não punição aos grevistas e a manutenção das cláusulas do acordo anterior.²²

Miguel Batista, vereador do Recife e metalúrgico ligado ao PCB, fez a seguinte análise a respeito: *“Foi a partir de 62, quando Miguel Arraes foi eleito, que os metalúrgicos começaram a mudar. Antes, quem dominava o sindicalismo em Pernambuco eram os pelegos. Então iniciou-se uma atuação mais organizada no Movimento Sindical(...)”*.²³

²¹ *Jornal do Commercio*, 07 maio 1963, p. 3.

²² *Jornal do Commercio*, 09 maio 1963, p. 3.

²³ **Até chegar no Zé**. Publicação do GT Sindical do Centro Josué de Castro. Recife Gráfica Editora, 1988.

Outra categoria que, apesar de mais organizada e presente nos movimentos não fazia greve há tempos era a dos gráficos. O novo presidente do sindicato Edvaldo Ratis, gráfico do jornal Última Hora, tomou posse em janeiro e em março a categoria já estava decidida, exigindo 80% de aumento.

Em fevereiro houve a primeira assembleia para tratar do pleito, precedida de um Manifesto que iniciava expondo as razões pelas quais a categoria precisava se mobilizar:

A situação que ora atravessamos já não permite posições acomodáticas. Sofremos em nossa própria carne o problema da fome pela desvalorização dos nossos salários. O novo salário-mínimo não é suficiente para a aquisição sequer (sic) de alimentos para nossas famílias. A ganância cada vez mais desenfreada dos exploradores do povo, dos tubarões, já não tem limites. O govêrno (sic) se mostra impotente para refreá-los. Medidas paliativas têm sido tomadas porém, nada resolvem de positivo. Este é o quadro real que sabemos pintar dentro da matemática doméstica. Enquanto isso nossos filhos passam fome, não podem comprar livros para estudar, andam mal vestidos e descalços essa (sic) adoecem são capazes de morrer a míngua à falta de remédios.

Este quadro é o cotidiano na nossa vida de operário, mal remunerado e explorado pelo patrão e pelos tubarões. Isto não pode nem deve continuar. É preciso que nos unamos, todos dentro do nosso Sindicato, para exigir um salário condigno para a classe gráfica.

(...) Os patrões podem e devem pagar um salário diário que honre a nossa qualidade de profissionais.²⁴

Por este manifesto podemos perceber várias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e que são atribuídas aos baixos salários, particularmente o mínimo. Por exploradores do povo pode-se entender os patrões, mas também os comerciantes, os tubarões, pois a questão da carestia sempre foi denunciada ao longo dos anos e os altos preços tornava a compra de produtos básicos impossível para os assalariados e o povo em geral. No caso, a referência à impossibilidade de comprar livros vem bem a calhar, pois no mês de março as aulas começavam, e o problema dos custos com o material escolar aumentava as dificuldades já enfrentadas cotidianamente.

Por fim, vale ressaltar o sentimento de pertencimento a uma classe que merece ser reconhecida como formada por profissionais, e, portanto, digna de ter um salário específico que correspondesse à sua capacidade.

Nesta mesma edição foi publicada uma matéria que explicava o motivo de o dia 07 de fevereiro ser considerado o Dia do Gráfico. A data refere-se à deflagração de uma greve pela categoria em São Paulo em 1923, que teve a duração de 45 dias, com os

²⁴ **O Gráfico.** Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Recife. Ano X, fev. 1963. Nº. 2, p.1.

trabalhadores enfrentando prisões e torturas, mas mantendo a unidade e obtendo vitória. *“Que os atuais trabalhadores tomem esse exemplo, peguem esta bandeira e caminhem para frente em defesa de seus direitos conspurcados”*.²⁵

A greve durou 20 dias, de 21 de março a nove de abril e a categoria conquistou 75% de aumento, tendo conseguido parar a circulação dos jornais na cidade. No acordo ficou acertada a não punição aos grevistas e o pagamento de 50% dos dias de greve em quatro prestações, regulando-se igualmente o pagamento dos aprendizes gráficos. Estipulou-se o salário mínimo profissional, entre outras cláusulas específicas à profissão.²⁶

É importante salientar que algumas outras greves ocorreram no mesmo período, o que é noticiado da seguinte forma pelo jornal Última Hora/NE:

A primeira greve deste ciclo começou no dia 18 de março: a dos operários da construção civil. Que terminou graças à intervenção do governador Miguel Arraes, 48 horas depois. Depois, vieram a dos comerciários, professores e gráficos. A primeira encerrada um dia depois, também com a interferência mediadora do chefe do Executivo. E a segunda, graças a uma série de circunstâncias, encerrada ontem.

E prossegue:

A ação do governo contribuiu para solucionar o impasse, e não para agravá-lo _ afirmou o governador em entrevista concedida a jornais do sul, durante os 20 dias em que não circularam os recifenses.

(...) A greve dos professores, que durou 11 dias e terminou no dia 04 deste mês, foi concluída na Justiça, com um acordo que agradou à classe.

Nesse mesmo período, o Governo conseguiu resolver dois outros movimentos: o dos moageiros, que voltaram ao trabalho após uma greve relâmpago de poucas horas e a dos trabalhadores em indústrias de velas e sabão, que antes de parar os trabalhadores obtiveram um “acordo honroso”.²⁷

A presença do governo estadual nas questões sindicais era constante, fazendo parte de uma tentativa de Miguel Arraes no sentido de evitar a utilização de ação policial, assim como de criar um clima de muita animosidade nas relações capital X trabalho. De um lado, buscando melhorar as condições salariais dos trabalhadores e, de outro, procurando evitar que o patronato, boa parte do qual lhe fazia ferrenha oposição, se aproveitasse dessas situações para acusá-lo de irresponsável e incapaz de conter a “anarquia” oriunda das mobilizações sociais. Para isso, funcionava a Secretaria Assistente, criada ainda no governo anterior, de Cid Sampaio, mas tendo uma atuação mais efetiva e política no mandato de Arraes.

²⁵ Idem, p. 4.

²⁶ Última Hora, 10 abr.1963, p.2.

²⁷ Última Hora, 10 abr. 1963, p. 7.

O apoio e inserção do governo nas questões trabalhistas era visto, no geral, como positivo pelos trabalhadores e suas entidades, inclusive pelo Partido Comunista, que atuava também na Secretaria Assistente. Outras organizações, como o Partido Trotsquista, considerava essa atuação indevida, pois interferia diretamente nas entidades que, por conta disso, perdiam boa dose de autonomia. E amortecia a possibilidade de uma maior radicalização da luta de classes.

No segundo semestre, as lutas continuam e os patrões se enfurecem

No dia 1º. de setembro, um domingo, chama a atenção uma Nota publicada na primeira página do *Jornal do Commercio* assinada em conjunto pelos sindicatos patronais de lojistas. Eis o teor da nota, dirigida ao Comércio e ao público em geral:

Em virtude dos pronunciamentos que vêm sendo feitos na imprensa desta Capital referente ao Pleito dos comerciários, as Entidades patronais abaixo, serenas e cõncias (sic) de sua responsabilidade e direito tornam pública que estão prontas como sempre estiveram a atender às justas e possíveis reivindicações dos comerciários, através de entendimentos honestos em que prevaleçam a sinceridade de propósitos e uma boa compreensão.

Mas não aceitam imposições, ameaças nem decretações de greves, porque nesta hipótese entregarão o caso à Justiça do trabalho, que é a única competente para dirimir as divergências entre empregados e empregadores que tenham por motivo as relações de trabalho.

Convém contudo que fique bem claro neste esclarecimento, que não temem a greve nem a coação com que através delas pretende o órgão sindical dos comerciários forçá-los a uma decisão apressada e inexequível.

Com esses esclarecimentos dão por encerrado, e aguardam o desenrolar dos acontecimentos com a serenidade que sempre caracterizou todos os seus atos.²⁸

A nota chama a atenção pela maneira bastante agressiva com que foi redigida: apesar de falar no início e no final que as Entidades patronais estão serenas e cõncias de sua responsabilidade, estando prontas a atender as justas reivindicações dos comerciários, não admitem que estes decidam de que maneira encaminharão seu pleito, pois já declaram que não aceitam ameaças nem decretação de greves. Ora, que possibilidade real têm os trabalhadores de garantir um mínimo de direitos senão pela pressão e luta? Para o patronato, entendimento honesto implica uma boa compreensão, ou seja, que os trabalhadores compreendam as “necessidades” do capital, e não pleiteiem algo que, de acordo com os interesses do seu lucro, consideram inexequível!

Nesta mesma edição João Barbosa de Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Comerciários, também assina uma nota com o seguinte título: “*Os Comerciários Lutam por Uma Justa e Inadiável Plataforma!*” na qual esclarece as reivindicações de aumento

²⁸ *Jornal do Commercio*, 01 set. 1963, p. 1.

de salário específico de cada categoria, serventes, contínuos, balconistas, demais empregados, e pessoal de escritório, e convoca, ainda, para uma assembleia a realizar-se no dia seguinte.²⁹

Mas não eram apenas os comerciários que ameaçavam fazer greve no período.

Como o Sindicato dos Tecelões também pleiteava reajuste, o Sindicato patronal entrou na Procuradoria da Justiça do Trabalho com um pedido de providências contra uma greve que consideravam ilegal nos termos da lei 9070, de março de 1946, “pois ameaçava a ordem pública e o patrimônio das empresas.”³⁰

Este é o teor da Nota publicada pelo Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharia em Geral de Pernambuco, assinado pelo seu presidente, Olinto Victor de Araújo:

Encaminhada pelos empregadores a solução legal através da douta Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, os líderes dos trabalhadores resolveram repelir a interferência indeclinável do Judiciário no pleito e, enveredando pelo caminho da ilegalidade, pretendem perturbar o ritmo normal de labor construtivo e, para atingirem esse desideratum, organizaram uma milícia agressiva, cuja principal missão é o massacre dos operários que manifestarem a intenção de adquirir pelo trabalho, o indispensável ao suprimento das necessidades de suas famílias. Para esse efeito, já na tarde de ontem, dia em que todas as atividades se achavam suspensas em acatamento ao princípio cristão que recomenda o repouso dominical, todas as fábricas de tecidos da cidade foram interditadas antecipadamente aos operários por “piquetes” armados que, admitindo a inércia das autoridades constituídas, usarão de violência contra os companheiros que desejarem cumprir o dever social do trabalho. (...).

Sendo essa a situação provocada em desrespeito às normas reguladoras do direito de greve, e cercadas que se encontram as oficinas têxteis por “piquetes” ameaçadores e irresponsáveis, as fábricas de tecidos do Estado de Pernambuco, só funcionarão quando restauradas as liberdades e o respeito à Lei.

Mais uma vez temos, pela voz do patronato, a convicção de que a mobilização de uma categoria que pleiteia melhorias deve ser denunciada como sendo ilegal: a ideia de que greve é um direito é repelida, pois, para estes proprietários dos meios de produção, se os trabalhadores procuram se organizar devem ser criticados por fazê-lo inclusive por ser no dia do “repouso dominical”. Se buscam garantir a unidade da classe através de piquetes são acusados da intenção de “massacrar companheiros”. Ora, o que acontecia com frequência nessas greves era que os patrões pressionavam os novatos e

²⁹ Idem, p. 3.

³⁰ *Jornal do Commercio*, 06 set. 1963, p. 8.

contratavam fura-greves para garantir o funcionamento das fábricas. E, no caso, desmoralizar o movimento.³¹

Num outro parágrafo a referida nota fala do “*ambiente de terror que os trabalhadores querem implantar a todo transe.*”³² E a fábrica, por si só, com as condições de trabalho e salário que oferecem, não poderiam ser sentidas pelos operários em algumas situações, como ambientes próximos disso?

Ao longo do período compreendido entre 1945 e 1954, foi frequente a perseguição aos movimentos sociais em geral, e o uso da polícia na repressão às mobilizações grevistas também foi comum no país, particularmente em Pernambuco. Muitas vezes lideranças sindicais e políticas eram presas antecipadamente quando se aproximavam datas como o 1º de maio ou quando o governo não queria manifestações consideradas inconvenientes. Isso por certo não era considerado “terrorismo”. Por que os trabalhadores não tinham o direito de se organizar para garantir seus interesses? Afora a questão mais geral, de que em Pernambuco o lucro era garantido por uma grande exploração da mão de obra, duas razões outras podem ser apontadas.

Em fevereiro deste mesmo ano, no município de Paulista, a categoria têxtil fez uma greve que durou uma semana, e que garantiu importantes conquistas. Os trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista questionavam, assim como outras categorias o faziam, o restabelecimento da hierarquia salarial, pois, no final de 1962, fora decretado o novo salário mínimo e isto embaralhava as diferenças salariais de diversos setores profissionais, como já foi assinalado. Assim que iniciaram a greve, organizada pelo sindicato que, então, tinha grande liderança de setores da Juventude Operária Católica, foi encaminhada uma proposta conciliatória que, além da reivindicação de 70%, continha outros sete itens apresentados por Enoch Saraiva, delegado regional do Trabalho. Tanto os trabalhadores quanto o CONSINTRA apoiaram a proposta. Os patrões retardaram as negociações, não querendo abrir mão de questões salariais e de poder. Assim escreve Leite Lopes:

Pois mais do que a perda ou a atenuação (...) do poder de manipulação e burla salarial, inscrito no *segredo das letras*, também visto pelos operários como o *segredo da companhia*, e mais do que a perda imediata temporária de punir os operários grevistas, a perda maior sofrida pela CTP, com a greve de 1963, refere-se à transparência aos olhos dos operários, tanto da retomada

³¹ Na greve têxtil de 1958 e que durou 42 dias, há relatos de “cabelouros”, nomes dado aos fura-greves, que foram “presos” e levados para o sindicato dos trabalhadores. ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Tecendo lutas, abrindo espaços: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50**. Recife: Oito de Março, 2003, p. 90.

³² Ibidem.

fortalecida da associatividade sindical dos trabalhadores, quanto da materialização do fim do ciclo de dominação, que transcorre entre o auge e a decadência do “Sistema Paulista” que medeia o final dos anos 30 e o início dos anos 60.³³

Os operários da fábrica de Paulista nunca souberam, até então, quanto realmente iriam ganhar, pois não tinham acesso aos pesos e medidas feitos em relação ao que produziam. Mas agora havia a cláusula da transparência dos salários-unitários por produção. Era esse o “segredo das letras”, pelo qual os donos da Companhia impunham seu domínio do ponto de vista salarial e de controle aos trabalhadores.

Outra questão fundamental que demonstra o enfraquecimento dos patrões diante dos operários é, no dizer do mesmo autor, a “vingança histórica à vitória patronal na greve de 1932”. Desta vez, como já acontecera, os operários cortaram o fornecimento de luz e água parando as caldeiras que geravam energia para a fábrica e para a casa grande e os chalés. Segundo um ex-banqueiro:

Então com a greve parou tudo naquele tempo. E não entrava nada na fábrica, os piquetes não deixavam. Nem o Comendador Arthur, nessa greve, eles deixaram entrar. O Comendador, ele tinha na (Fábrica) Aurora um lugar que ele costumava tomar banho, ele ia todo dia lá tomar banho. Então o pessoal da greve não deixou ele entrar pra tomar banho. Não deixaram. Ele voltou e foi se embora. Deixou de morar aqui, e nunca mais quis voltar pra Paulista, nem pra visitar, até ele morrer (em 1967).³⁴

Então, o patronato do Recife se assustava ante a possibilidade de perder essa dominação pela força, capacidade de pressão e de organização dos seus trabalhadores.

A greve dos tecelões, que englobava cerca de 15 mil trabalhadores nos municípios do Recife, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Timbaúba, Escada e Ribeirão durou de 08 a 11 de setembro, e terminou com a vitória dos trabalhadores, que conseguiram os 40% pleiteados. O presidente do sindicato patronal, nesse dia, lançou outra Nota, que dizia “*Falsos têxteis comandam a greve que visa à implantação do comunismo em Pernambuco*”.³⁵

Luciana Varejão publica, em sua dissertação, a referida Nota, aqui parcialmente reproduzida:

(...) são 20 mil operários que trabalham dedicadamente nas fábricas de Pernambuco. São eles (...) homens simples e cumpridores de seus deveres (...). Exercendo eles seu honesto e digno trabalho, recebem salário condizente (...), Ademais, as fábricas de tecidos (...) tem podido propiciar a esses seus trabalhadores, algumas vantagens tais como: vilas operárias que são as

³³ LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988, p.450, grifos do autor.

³⁴ Apud idem, p. 454.

³⁵ *Jornal do Commercio*, 11 set. 1963, p.3.

melhores de Recife; refeitórios que no Brasil não têm iguais; além de magníficos serviços médico, dentário, de ambulatório de emergência, etc. É verdade que não são todas as fábricas de tecidos do Estado (...) que podem apresentar esses padrões de excelência (...) há (...) um pequeno grupo de comunistas (...) que recebem ordens diretas do Delegado do Trabalho e dos assessores do Governo do Estado (...) o primeiro grupo não poderia desejar a greve porque eles conhecem (...) a época é de crise.³⁶

O governo do Estado também encaminha uma nota na qual afirma que a greve se desenvolveu pacificamente, que os trabalhadores diante das fábricas não portavam armas, e que, portanto, não fazia sentido prendê-los ou reprimi-los, entre outras afirmações, contrapondo-se ao dirigente do patronal.³⁷ O que permite perceber que não eram apenas os proprietários de terra que faziam uma campanha obstinada e injuriosa contra o governador, os setores de esquerda e o Partido Comunista.

Vários sindicatos em Pernambuco contavam com a presença ativa e, em alguns casos, a direção de comunistas. O PCB tinha um jornal de massas, o *Folha do Povo*, editado até o início dos anos 60 e grande inserção no meio popular. E isto se constituía num sério problema, pois a questão principal para o patronato e os setores de direita era o avanço dos trabalhadores e do povo em geral, as reformas, a ampliação da participação e da democracia. Temiam perder seus privilégios, seu poder de mando, sua dominação secular. Tudo lhes parecia subversão da ordem, dos princípios da “civilização ocidental e cristã”. Aos trabalhadores, que comemoravam cada vitória preparando-se para novos embates, interessava ampliar suas conquistas, alargar seus horizontes, garantir mais espaço e influência política. Dois projetos que, em tempos de Guerra Fria e intensa pressão norteamericana, era impossível conciliar.

Retomando as categorias mencionadas, os comerciários realizaram sua greve e foram vitoriosos, conquistando 35% quando os patrões só queriam dar 18%. Assim como os bancários, no mesmo mês, cuja greve terminou com uma passeata que contou com a presença do delegado regional do Trabalho, Enoch Saraiva.

Nas comemorações do 1º. de Maio, foi esse o discurso proferido pelo mesmo:

Neste 1º. de maio de 1963, quero saudar os trabalhadores pelas reivindicações conquistadas desde o ano passado. Que este ano seja o ano das definições políticas, a fim de que o povo brasileiro parta para o destino que lhe é reservado pela história. Que sejam iniciadas as reformas de base exigidas há muito tempo pelos trabalhadores, para que seus problemas mais graves sejam solucionados. Este 1º. de maio, organizado pelas associações de trabalhadores, é diferente de outras comemorações organizadas em anos

³⁶ VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. **Nos fios da resistência feminina: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960-1964)**. Dissertação de Mestrado em História apresentada à UFPE. Recife, 2011, p. 103.

³⁷ *Jornal do Commercio*, 11 set. 1963, p. 3.

anteriores. O povo tem que exercer a democracia e os trabalhadores, construtores da riqueza nacional, devem participar mais desta democracia.³⁸

Em abril de 1964, esse processo foi abruptamente interrompido pelo poder das armas. Pernambuco foi um dos estados com maior índice de repressão, assassinatos e torturas desde os primeiros momentos do Golpe. Algumas das lideranças citadas nesse artigo foram presas, e suas entidades sofreram intervenção. A começar pelo governador e seu secretário assistente, Antonio Carlos Cintra do Amaral. Também o vereador metalúrgico Miguel Batista, assim como o delegado regional do Trabalho, Enoch Mendes Saraiva. Dos sindicalistas citados, foram presos o presidente do sindicato dos Comerciantes, João Barbosa de Vasconcelos, e o do sindicato dos Gráficos, Edvaldo Ratis, tendo este último sofrido torturas de imediato.³⁹

Ao tratar de experiências e lutas de diferentes categorias de trabalhadores procuramos demonstrar que, embora as mobilizações nos anos 50 tenham sido restritas, o despertar da classe em 1963 foi bastante amplo e significativo.

Referências Bibliográficas

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Tecendo lutas, abrindo espaços: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50**. Recife: Oito de Março, 2003.
- BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- COELHO, Fernando. **Direita, volver: o golpe de 64 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1990.
- LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. **Nos fios da resistência feminina: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960-1964)**. Dissertação de Mestrado em História apresentada à UFPE. Recife, 2011. Recebido em 15.11.2014. Aceite em 14.12.2014

³⁸ *Jornal do Commercio*, 01 maio 1963, p.10.

³⁹ COELHO, Fernando. **Direita, volver: o golpe de 64 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004, pp. 203 e 206.